



Um Culto à Memória Nacional: A Criação do Museu Histórico Nacional

*Gláucia Soares de Moura**

RESUMO

Uma condensação de monografia, apresentada como defesa de bacharelato em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, que conta a história da criação do Museu Histórico, inserida no contexto nacional da sua época, com destaque especial para as transformações urbanas ocorridas na Cidade do Rio de Janeiro em função das comemorações do 1º centenário da Independência do Brasil.

PALAVRAS-CHAVES

Museu, memória nacional, primeiro centenário da Independência.

SINOPSE DO CENÁRIO NACIONAL NA DÉCADA DE 1920

Abrangendo o período de 15 de novembro de 1889 a Revolução de 1930, a Primeira República, ou República Velha, compreendeu anos de incerteza.

O crescimento da economia cafeeira, que propiciou a evolução do sistema industrial, subordinou o País a uma economia agro-exportadora e ao capitalismo internacional, dificultando a criação de um mercado interno que sustentasse o desenvolvimento autônomo do capitalismo.

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914 - 18)¹ tornaram instáveis as taxas de câmbio e desequilibraram o setor cafeeiro. As conseqüentes pressões inflacionárias levaram aos empréstimos internacionais, para a compra dos excedentes da produção de café e a manutenção da política de sua valorização. Não obstante, a recessão do pós-guerra impulsionou a industrialização, gerando um núcleo urbano industrial composto pelo excedente de trabalhadores da economia cafeeira, mão-de-obra barata, adequada às necessidades do empresariado.

As indústrias de bens de consumo foram as que mais se desenvolveram, por

* 2º Tenente OTT, museóloga, da Diretoria de Assuntos Culturais.

¹ Diminuição das exportações européias e desvalorização da moeda brasileira.

necessitarem de tecnologia simples e volumes menores de capital, contarem com matérias primas fáceis de serem obtidas no País e com um mercado interno em expansão. Era uma indústria predominantemente constituída por pequenas unidades, onde prevaleciam as atividades têxteis e alimentícias.

A sociedade brasileira desenvolvia-se marcada pelas desigualdades econômicas e sociais, fruto da dependência de poderosos grupos internacionais. Internamente, a concentração de renda era privilégio da Região Sudeste.

A política nacional era dominada pelos cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais, que exerciam o poder através da *política dos governadores*², submetendo as demais unidades da federação à sua vontade e excluindo as camadas assalariadas das decisões políticas do País. Dentro desse sistema, marcado pela ausência dos partidos nacionais, as eleições de Rodrigues Alves (1918), Epitácio Pessoa (1919), Artur Bernardes (1922) e Washington Luís (1926) para a Presidência da República demonstraram a força política desses dois estados. Foram anos que presenciaram crises sociais e políticas, marcadas pela insatisfação da população urbana, tensões regionais e descontentamento nas fileiras do Exército quanto aos rumos tomados pelo País. Por seu turno, o desenvolvimento das cidades e a diversificação de suas atividades propiciaram, duas décadas após proclamada a República, a crescente cir-

culação de novas idéias, principalmente na capital federal.

Com a morte de Rodrigues Alves, os estados de menor influência pressionaram as lideranças paulistas, e a década de 1920 iniciou-se com o governo conservador de um paraibano, Epitácio Pessoa que, logo após assumir a presidência da República, demonstrou a intenção de comemorar os cem anos de Independência do Brasil, fato que coincidiria com o final do seu mandato. Sugerindo ao Congresso medidas de efeito prático, mas de espírito soberano, desejava que o Brasil marcasse presença no quadro internacional das nações modernas.

Nesse período, o agravamento das condições de vida do trabalhador urbano³ provocou o surgimento de um intenso movimento grevista e ocasionou o interesse de alguns políticos pela questão social, dando origem a leis sobre acidentes de trabalho, estabilidade no emprego, pensão e aposentadoria para algumas categorias profissionais.

A chegada de Arthur Bernardes (1922-26) ao poder deu-se em meio a forte crise interna, cercada por problemas políticos e movimentos de indisciplina militar e civil, na própria capital federal, deixando transparecer uma atmosfera pouco propícia ao regime republicano, com discussões em torno da garantia da unidade nacional e de como promover o progresso do País.

O arranjo político para elegê-lo presidente foi combatido pela *Reação Republicana*⁴, que tentava indicar um candidato

² Esquema organizado pelo presidente paulista Campos Sales (1898-1902).

³ Baixos salários, oferta de mão-de-obra superior ao número de vagas e inexistência de uma regulamentação das relações de trabalho.

⁴ Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

seu, ao menos para a vice-presidência. Reunidas pelo descontentamento com sua marginalização junto às instâncias superiores do governo, correntes políticas civis buscaram o apoio de grupos militares onde a insatisfação dominava, principalmente entre alguns jovens oficiais da Marinha e boa parte dos pertencentes a *um Exército subordinado aos Interesses de uma classe dirigente considerada corrupta desde o Governo Floriano Peixoto*.

Alguns acontecimentos aumentaram as indisposições entre o Exército e a candidatura Arthur Bernardes. Dentre eles, o episódio das *cartas falsas*, de autoria atribuída ao candidato e publicadas no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que se referiam ao banquete em homenagem à posse do ex-Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, na presidência do Clube Militar, insultando o Marechal e o Exército, e ao protesto do Clube contra a utilização de tropas do Exército para intervir na política, durante a sucessão ao governo de Pernambuco (junho de 1922), o que permitiu que fosse invocada uma lei contra as associações nocivas ou contrárias à sociedade, o fechamento do Clube Militar e a prisão de seu presidente.

A reação militar, então comandada pelo Capitão Euclides da Fonseca⁴, deu-se em julho de 1922, com a Revolta do Forte de Copacabana. Jovens oficiais, em sua maioria tenentes, estavam certos de *salvar a honra do Exército* em nome do povo, tornando-se os responsáveis pela salvação nacional. *O Tenentismo*, como ficou conhecido o movimento, contava com a sim-

patia da população urbana, mas não havia vinculação propriamente dita entre ele e as chamadas camadas médias da sociedade.

Paralelamente a esses acontecimentos, em março de 1922, nasce o Partido Comunista do Brasil, formado por grupos de intelectuais e operários que passam a preocupar-se com a centralização do movimento destes, orientados pelo programa da III Internacional Comunista, organização criada em 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, destinada a apoiar as revoluções socialistas e proletárias em todo o mundo.

Apesar das dificuldades econômicas e políticas, o ano de 1922, em decorrência dos cem anos de vida independente do País, impôs-se como o momento de vincular a imagem de progresso e civilização como fatores da construção de uma identidade nacional sob o enfoque republicano.

A adoção de medidas práticas - edificação de monumentos e criação de datas comemorativas - constituiu a forma que alguns administradores encontraram para inserir seus nomes na história, como Carlos Sampaio, prefeito do Rio, nomeado por Epitácio Pessoa para a presidência da Comissão Organizadora do Centenário da Independência.

Os fatos que se sucederam no País e, principalmente, na capital federal não criavam, entretanto, momento propício para investimentos arrojados que viessem a tornar a cidade sede do desenvolvimento industrial e cultural brasileiros.

Em abril de 1925, nascia a Coluna Prestes, fruto do encontro de revolucionários paulistas e gaúchos. Ela não se pro-

⁴ Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

⁵ Filho do Marechal Hermes da Fonseca.

punha a estabelecer vínculos com as massas rurais. Destinava-se a manter vivo o princípio revolucionário de protesto heróico nos centros urbanos e seus feitos e efeitos repercutiram, por muitos anos, na esquerda brasileira.

Devido ao quadro financeiro então vivido, o governo Arthur Bernardes transcorreu sob grande insatisfação popular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, e nele intensificaram-se as intervenções em lutas políticas internas dos estados, a fim de manter o equilíbrio nacional desejado.

Apesar disso, a eleição de Washington Luís (1926-30) transcorreu tranqüila, dentro do revezamento entre paulistas e mineiros. Seu grande objetivo de governo foi estabilizar a moeda nacional, fazendo com que seu valor correspondesse às reservas de ouro detidas pelo País e, desse modo, passasse a ter valor real.

No final de seu mandato, a insistência na candidatura de um paulista à sucessão criou forte cisão entre as elites dos grandes estados e levou ao fim a Primeira República, com a Revolução de 1930.

Em verdade, a reformulação do sistema republicano já era visível durante toda a década de 1920, sendo possível destacar a evolução política que ocorria no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

O RIO MODERNIZA-SE

Sucessivamente, sede do Reino português e capital do Império e da República, a cidade do Rio de Janeiro foi submetida a uma estratégia de adaptação às novas demandas republicanas, concentrada no poder do esforço econômico, na sín-

tese da população mestiça e na influência das idéias renovadoras.

Com a República veio o progresso, mas o Rio não conseguia vencer os ressentimentos do povo com sua elite, nem romper as estruturas coloniais determinantes do seu subdesenvolvimento.

A economia cafeeira de exportação motivou o crescimento urbano, aumentou a diferenciação da sociedade, dividindo-a em classes sociais, e mudou a fisionomia da cidade, que se transformou num centro de irradiação do progresso nacional.

Tanto no Rio como em São Paulo, os *barões do café* construíram palacetes e deram impulso ao comércio e às transformações urbanas. Palácios e edifícios públicos foram construídos, monumentos tornaram-se cenários para grandes eventos, jardins ganharam importância e a cor invadiu a cidade.

Na década de 1920, os jornais e revistas entraram numa fase de desenvolvimento e modernização seguindo os modelos europeus. Com a abertura da Avenida Central, nela instalaram-se alguns dos jornais mais importantes do período - *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio* e *O País*, além do *Correio da Manhã* - com notável influência política, e algumas revistas como *O Malho*, *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, *Careta* etc.

Sentia-se, através dos artigos da *Revista da Semana* (1921), que, apesar das reformas do início do século XX, o Rio apresentava sua área central com grande densidade populacional, carente de espaços para novas construções. Era preciso mudar as perspectivas de modernidade, criar uma nova metrópole dentro da velha e expandir as áreas habitáveis.

Modernizar passou a significar que a cidade precisava esconder sua periferia e situar-se dentro dos padrões de limpeza das sociedades modernas, onde o indivíduo precisava de espaços para circular e mostrar-se como cidadão do mundo. Mais que isso, embelezar-se, organizar seus símbolos, criar uma imagem que a identificasse oficialmente e fazer um *raio X* do cenário dos poderes que a compunham.

No Rio de Janeiro, não havia mais espaço para epidemias e focos de desordem. Ele precisava modificar-se para ingressar no novo mundo e assumir o papel de capital de um país que pretendia tornar-se um *Estado-nação* moderno.

O Centenário da Independência levou a uma acelerada remodelação da cidade, de forma que as comemorações fossem feitas segundo os parâmetros oficiais de uma capital limpa e saneada. Conhecida por suas belezas naturais, o Rio deveria estar próximo do modelo metropolitano do século XX.

A administração Carlos Sampaio foi, assim, marcada pelo discurso sanitário e pela organização das festividades do Centenário da Independência, o que conduziu à demolição dos morros de Santo Antônio e do Castelo, acarretando o desaparecimento do *berço* da cidade e de um dos seus mais importantes conjuntos arquitetônicos jesuítas, o Convento da Ajuda⁶, a fim de abrir caminho para o Passeio Público⁷.

Com a aproximação das comemorações programadas, foi preciso buscar soluções

efetivas que promovessem a expansão do traçado urbano do centro da cidade, por questões econômicas e estéticas desafogar a área e permitir as atividades comerciais em uma região valorizada economicamente.

As constantes visitas de autoridades estrangeiras também impulsionaram de forma mais intensa a retirada do Castelo, pois o destoar entre a Avenida Rio Branco, com seus prédios modernos, e o Morro era o contraste mais visível da *barbárie* instalada no coração da capital, que pretendia apresentar-se como integrante do mundo civilizado.

Apesar de enfrentar resistência no Conselho Municipal e em parte da imprensa, as obras iniciaram-se sob a supervisão de uma firma americana, introdutora da tecnologia que derrubaria o morro à base de jatos de água.

Com o material do desmonte aterrou-se a área que banhava a ponta do calabouço⁸, deixando a Rua Santa Luzia de ser praiana. Nesse local de suficiente extensão, foi possível construir os inúmeros pavilhões da Exposição Internacional comemorativa do Centenário.

Para que esse plano fosse cumprido, foi deslocada uma população de aproximadamente cinco mil habitantes, gerando a alta do custo de vida e a escassez de moradias, ambas denunciadas na imprensa da época por personalidades como Lima Barreto.

Vencido o obstáculo natural, foi possível construir-se o *caminho da moderni-*

⁶ Corresponde, hoje, às quadras da Cinelândia.

⁷ O plano de arrasamento do marco histórico da fundação da cidade e ponto de referência no cotidiano da capital não era uma novidade. Desde o século XVIII, já havia a intenção de derrubá-lo sob as alegações de crescimento da população e das edificações.

⁸ Imediações do atual Aeroporto Santos Dumont.

dade⁹, uma estratégia que recortava o espaço urbano, separando o antigo do moderno.

Atraídos pelos altos salários, trabalhadores chegaram de várias partes do País para, dia e noite, durante cerca de trinta meses, colocarem em prática o projeto de verticalização da cidade e sua expansão para a zona sul.

Carlos Sampaio consertou os estragos das grandes ressacas do mar no Russel e na Avenida Atlântica; deu continuidade a trabalhos já começados, como a organização do Conselho Municipal e a canalização dos rios que cortavam a cidade; adquiriu o Teatro São Pedro de Alcântara¹⁰; construiu grandes e modernos hotéis¹¹, visando a atrair o turismo; reformou as praças Vieira Souto e Cristiano Ottoni, além das ladeiras do Morro da Favela¹².

O ensino profissional recebeu um grande impulso, com a construção de núcleos escolares, obras de ampliação e adaptação nas escolas já existentes e aquisição de prédios para futuros estabelecimentos de ensino¹³.

Esse processo de modernidade fez com que a cidade perdesse sua singularidade, em troca de uma modernização autoritária, dominadora e artificial, que comprometeu

o seu desenvolvimento natural. A modernidade eliminou a experiência anterior da cidade e, como conseqüência, reinventou a tradição, com a remodelação da sua natureza, dando-lhe *ares femininos* e fomentando a luta entre o cenário natural e as modificações a ele impostas. Com sua vocação de *colônia-metrópole*, fazia-se responsável por uma ilusão de cosmopolitismo ao tempo que, por outro lado, devido à sua grandiosa beleza natural, estava destinada a transformar-se em *cidade cartão-postal*, capaz de atrair capital estrangeiro, turistas e personalidades importantes.

A imagem de uma capital tão bela quanto cosmopolita fê-la fiadora do progresso nacional. O comércio acanhado e colonial deu lugar aos grandes magazines e casas de grandes negócios. As ruas transformaram-se em avenidas, por onde transitavam automóveis e carros elétricos. Os jardins e o porto davam a impressão de que tinha nascido uma outra cidade.

ENTRE A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO

A história cultural do Brasil foi marcada, na década de 1920, por uma profunda ruptura, quando o Modernismo tornou-

⁹ Praça Mauá, Praça XI, Cinelândia, Praça Paris e, seguindo em direção à Zona Sul, Botafogo, Urca, Ipanema e Leblon.

¹⁰ Hoje Teatro João Caetano.

¹¹ Hotel Rio Cassino, Hotel 7 de Setembro, dentre outros.

¹² Também em seu governo foram ativados alguns Departamentos Municipais. O de Matas e Jardins foi o responsável pela arborização e ajardinamento de várias ruas e praças de toda a zona da Exposição Internacional da rua Santa Luzia ao Pharoux, pela construção de dois mercados de flores, um na Praça Olavo Bilac e outro em frente ao cemitério São João Batista, e ainda pela reconstrução de outro localizado em frente ao cemitério São Francisco Xavier. Ao Departamento de Assistência coube a construção do Asilo de Velhos no Boulevard 28 de Setembro, do Posto de Socorro de Copacabana, e do Hospital de Pronto Socorro, bem como a reforma do Posto de Assistência do Méier, que estava fechado, e do Hospital São Francisco de Assis, que passou a ser propriedade do Governo Federal.

¹³ Nesse período, o Brasil recebeu visitas de monarcas que marcaram profundamente a população carioca. Em setembro de 1920, hospedaram-se no Palácio Guanabara o rei belga, Alberto I, e sua esposa e a rainha Elizabeth. Durante os festejos do Centenário da Independência, outra visita honrosa foi a de Antônio José d'Almeida, presidente da República de Portugal. Também o secretário do exterior dos Estados Unidos, Sr. Hughes, veio trazer suas homenagens ao Brasil, em retribuição à visita que D. Pedro II fizera a seu país em 1876.

se o movimento símbolo das transformações de um país agrário e atrasado em uma nação otimista e com *nova* civilização.

Os modernistas brasileiros viviam o dilema da vontade de estar em sintonia com os movimentos culturais, idéias e novas técnicas européias, e o desejo de interferir na produção dos padrões culturais que os antecederam no cenário nacional. Os intelectuais e artistas desse período enfatizaram a originalidade brasileira diante das culturas européias.

O movimento desenvolveu-se de modo diferente nos dois maiores centros produtores e consumidores da cultura nacional. Enquanto, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna marcou o processo de reflexão e reinterpretação da cultura nacional, tornando visível o desabrochar de todo o processo intelectual do grupo que constituía o modernismo brasileiro de então, no Rio de Janeiro esse movimento de renovação deu-se de forma mais peculiar, devido à presença de espaços culturais ligados à tradição, como a Academia Brasileira de Letras e a Escola de Belas Artes.

No Rio na década de 1920, os primeiros gestos modernistas despontaram através dos debates sobre a nação brasileira, da mobilização da cidade para comemorar o centenário da Independência e do reflexo do empenho do País naquilo que poderia promover a inserção definitiva do Brasil no moderno mundo das grandes potências: a Exposição Internacional do Centenário, evento que se constituiu em espaço para o lazer e local onde a população visitante poderia entrar em contato com a idéia de civilização e bem-estar coletivo dentro dos padrões europeus.

No entanto, o desejo nacional de tornar o Brasil uma nação moderna exigiu, além das obras de saneamento da Capital Federal, a consolidação dos ideais republicanos.

Nessa concepção, o perfil de modernidade requerido para o País era excludente, pois substituiu um passado e todo o seu significado para a memória popular por um modelo que atingiria as camadas que detinham o poder econômico e político.

O poder público, ao implementar as obras de reforma urbana, marcava presença alterando relações sociais e de produção, na medida em que definia o que e quem deveria aparecer na nova imagem que o País iria oferecer ao estrangeiro, bem como o que e quem deveria ser excluído.

Sob essa ótica, as mudanças no espaço físico da capital federal assumiam uma postura elitista, responsável por um processo de contínua perturbação da estrutura social, de interminável incerteza e agitação, principalmente para as classes economicamente menos favorecidas. Entendia-se que as mudanças no quadro urbano do Distrito Federal denotavam a construção de um espaço da cultura *superior* e do trabalho, com base no lema *ordem e progresso*, segundo os parâmetros defendidos pelos órgãos administrativos federais e municipais, assim como pela imprensa que partilhava dos interesses governamentais.

O Estado brasileiro precisava organizar suas ações, fundamentando-as numa concepção de memória e de tradição nacionais, através do conjunto de princípios filosóficos, políticos e doutrinários que orientariam a política do governo.

Dentre os suportes utilizados para evocar a idéia de *nação unificadora* estavam,

então, as já conhecidas exposições universais e os museus, responsáveis pela idéia de *renovação cultural*. Era preciso colocar em prática uma política nacional de cultura, a fim de identificar práticas e propostas que valorizassem a identidade nacional.

Sempre houve uma relação bastante estreita entre os museus públicos e as exposições internacionais: ou suas coleções e seus técnicos eram requisitados para participar desses eventos em prol do progresso e da civilização ou, a partir de coleções organizadas para essas mostras, eram criados novos museus.

No Brasil, desde o século XIX, por iniciativa de D. João VI, foram criados, no Rio de Janeiro, o Museu da Escola Nacional de Belas Artes¹⁴ e o Museu Nacional (1818), como parte integrante de uma simbologia da nação.

A primeira exposição foi realizada em 1861 e o Museu Nacional foi o responsável por exibir, e posteriormente guardar, grandes e variadas coleções ligadas à mineralogia, à botânica, à geologia e à zoologia, que representavam os recursos naturais do País.

Com a República, as exposições tornaram-se mais grandiosas. Em 1908, seguindo as reformas urbanas conduzidas pelo Prefeito Pereira Passos (1902-1906), foi criada uma *cidade mostruário* para a realização de uma exposição na Praia Vermelha, introduzindo, no Brasil, a noção de cidade como espetáculo.

No entanto, realizada de 7 de setembro de 1922 a julho de 1923, a exposição Internacional e comemorativa do Centenário da Independência foi o evento culminante da *belle époque* da capital federal e o último realizado durante a República Velha.

A seção nacional situou-se perto do antigo Arsenal de Guerra e estendia-se até a área aterrada com o desmonte do Morro do Castelo. Compunha-se dos pavilhões das Festas, dos Estados, das Pequenas e Grandes Indústrias, do Distrito Federal, da Aviação e Agricultura, da Caça e Pesca, pavilhões particulares, como o do Município de Campinas e de empresas nacionais e estrangeiras (Brahma e General Electric), além de restaurantes e bares.

Na Avenida das Nações, instalaram-se as delegações estrangeiras de países como Argentina, México, Inglaterra, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Bélgica, Noruega e Japão, num total de cinquenta.

A Exposição espelhava-se na imagem da *cidade-luz*, Paris, e exibia seus pavilhões iluminados, como confirmação e aspiração de um crescente progresso cultural e tecnológico. O objetivo foi transformar o evento num local onde os valores estéticos servissem de atração para a sociedade, a fim de inseri-la em um clima de requinte e modernidade, sob a ótica da ordem e do progresso.

Realizada de 7 de setembro de 1922 a julho de 1923, a exposição Internacional e comemorativa do Centenário da Independência foi o evento culminante da belle époque da capital federal e o último realizado durante a República Velha.

¹⁴ Iniciado em 1915 com a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

As festas da Independência e todo o contexto social, político e cultural vivido pelo País, no início da década de 1920, trouxeram à tona a necessidade de se criar um espaço oficial, com finalidade cívica, onde pudessem ser reunidos objetos cuja importância histórica lembrasse fatos marcados pelas nossas glórias do passado, exercitando, assim, a memória nacional.

O então Presidente da República, Epitácio Pessoa, cedendo a pressões de vários grupos sociais, criou, pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, o Museu Histórico Nacional.

O espaço escolhido abrangia a área do antigo edifício do Arsenal de Guerra e da Casa do Trem, prédios profundamente relacionados com a história do Brasil e da Cidade do Rio de Janeiro, onde as mudanças arquitetônicas estavam ligadas às transformações e à dinâmica de desenvolvimento do País, primeiro como colônia de Portugal e, posteriormente, como nação independente.

O conjunto arquitetônico que hoje forma o Museu Histórico Nacional, tem suas origens na Fortaleza de Santiago (1603) e na prisão do Calabouço (1693), das quais só restam as fundações, bem como no núcleo composto pelas edificações da Casa do Trem (1762), do Arsenal de Guerra (1822) e dos demais anexos construídos ao longo do século XIX, sempre aproveitando a localização estratégica para a defesa da Baía de Guanabara e da própria Cidade do Rio de Janeiro, mantendo assim a vocação militar daquela área.

A edificação abrigou, ainda, repartições burocráticas do Exército e do Governo Federal, até 1922, quando foi inserida nas obras de reurbanização da área

da Misericórdia para as comemorações do centenário da Independência. Os prédios que abrigavam o Arsenal de Guerra e a Casa do Trem foram reformados para abrigar um dos pavilhões da Exposição Internacional, o Palácio das Grandes Indústrias, destinado a expor produtos nacionais e estrangeiros.

As obras de remodelação do antigo complexo militar visaram a integrá-lo às características homogêneas das demais fachadas dos edifícios que serviam à Exposição, tornando o núcleo de origem do Museu Histórico Nacional um dos exemplares mais significativos da arquitetura neoclássica da cidade.

Os arquitetos Arquimedes Memória e Francisque Cuchet buscaram, ao mesmo tempo, criar um complexo com condições de abrigar a exposição de milhares de produtos e manter as características históricas da edificação.

Do antigo Arsenal de Guerra e do Forte do Calabouço, que o prolongava, Memória e Cuchet fizeram o grande Palácio das Indústrias, restaurando-os inteiramente e convertendo-os em magnífico monumento arquitetônico, de estilo neocolonial, o mais vasto e um dos mais belos do certame.

A ornamentação externa foi o que mais nele despertou atenção pois, fugindo ao seu estilo arquitetônico original, a edificação apresentava uma grande quantidade de elementos da arquitetura colonial.

A inauguração do Museu Histórico Nacional, em 12 de outubro de 1922, durante a Exposição do Centenário, no Pavilhão das Grandes Indústrias, representou a consolidação de um lugar permanente para a celebração contínua da his-

tória do Brasil. Em termos práticos ele constituía uma tentativa do governo federal de se redimir perante a opinião pública nacional e internacional, após a derrubada do Morro do Castelo, um dos monumentos vivos da memória nacional.

O Museu Histórico Nacional tornou-se um lugar de memória para a moderna nação brasileira, um espaço para o exercício da cidadania, para a construção da memória social e para a preservação do patrimônio cultural, além de consagrar as relações entre as exposições e os museus, a partir dos quais se criava um corpo de cidadãos, por intermédio da instituição de uma cultura comum.

Após o término da exposição e nos anos seguintes, a maioria dos pavilhões desapareceu. O Palácio das Grandes Indústrias, no entanto, foi sendo modificado e ganhou outros pavimentos que hoje são ocupados, totalmente, pelo Museu Histórico Nacional.

UMA CASA PARA A MEMÓRIA NACIONAL

A invenção das tradições

Embora houvesse divergência de idéias, existia nas elites intelectuais e políticas brasileiras, nas duas primeiras décadas do século XX, a certeza da necessidade da criação de um museu voltado para a preservação da memória histórica nacional.

O cearense Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso¹⁵ foi um dos primeiros intelectuais a colocar-se a serviço da memória nacional.

Intelectual expressivo e dono de uma vasta produção literária, Barroso possuía a capacidade de reunir em torno de si seguidores

fiéis, que partilhavam de suas idéias de defesa da tradição como fonte da ordem e do progresso e como elemento formador da nova identidade nacional.

A inauguração do Museu Histórico Nacional, em 12 de outubro de 1922, durante a Exposição do Centenário, no Pavilhão das Grandes Indústrias, representou a consolidação de um lugar permanente para a celebração contínua da história do Brasil.

Em termos práticos ele constituía uma tentativa do governo federal de se redimir perante a opinião pública nacional e internacional, após a derrubada do Morro do Castelo, um dos monumentos vivos da memória nacional.

¹⁵ Nascido em 29 de dezembro de 1888, filho de uma família tradicional e de formação católica, formou-se Bacharel em Direito, trabalhou como funcionário público e exerceu a função de inspetor escolar no Distrito Federal. Como jornalista e escritor, foi o redator-chefe da revista *Fon-Fon* e, em 1923, devido a sua grande produção literária, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Na política, filiou-se ao Partido Republicano Federal e, em 1915, foi eleito deputado federal pelo Ceará. Mais tarde, em 1933, tornou-se membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), que, posteriormente, viria a transformar-se em partido político. Influenciado pela origem e formação militar - sua mãe era alemã - Barroso possuía posições e idéias próximas da doutrina alemã, o que o diferenciava dos demais teóricos do integralismo, inspirados no fascismo italiano e português. Barroso participou da conspiração e do levante integralista de 1938, sendo o único com capacidade para disputar a liderança do partido com Plínio Salgado, seu fundador. Com o crescimento das manifestações de repúdio ao Integralismo, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das Forças Aliadas, em 1942, Barroso afastou-se da política para dedicar-se às atividades de escritor, intelectual e diretor do Museu Histórico Nacional, funções que exerceu até 1959, quando veio a falecer.

Era ele um homem inovador, com visão à frente de seu tempo. No campo da museologia, foi um intelectual preocupado com as noções de patrimônio e preservação, lutando pelo desenvolvimento de uma mentalidade preservacionista de nossos valores históricos e culturais.

Na década de 1910, Gustavo Barroso já chamava a atenção para a perda de referências estéticas que ocorria no Brasil, destacando-se pelos artigos *Museu Militar* (1911) e *O Culto da Saudade* (1912), ambos publicados sob o pseudônimo de João do Norte, na edição vespertina do *Jornal do Commercio*, onde enfocava questões de preservação da memória nacional através do patrimônio artístico e histórico.

Na verdade, embora seu discurso estivesse voltado apenas para o passado, Gustavo Barroso demonstrava preocupação com a coleta e conservação de objetos no presente. Ele nos alertava para a necessidade de um programa de defesa de nossas tradições. Em sua concepção, era preciso reunir, num único lugar, as relíquias da vida nacional, sejam objetos preservados graças a iniciativas particulares, sejam lembranças da vida e dos feitos de nossos antepassados ou ainda as antigüidades adquiridas em leilões por compradores estrangeiros.

Outras iniciativas também despontaram nessa década. Em 1918, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹⁶ e o Museu Nacional, representado pelo seu diretor Bruno Lobo, apresentaram, à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, uma proposta efetiva

de criação, no Rio de Janeiro, de um museu nacional histórico. O projeto consistia na construção de um edifício para abrigar os objetos que seriam transferidos de outras instituições e que ficariam sob a responsabilidade do IHGB, *guardião da história oficial*, como era automeado.

O diretor do Museu Nacional, também entusiasmado com o planejamento de um museu de história, chegou a oferecer parte de seu acervo para o futuro museu.

A oposição veio por parte do diretor do Arquivo Nacional, Gastão de Escragnole Dória, que desejava expandir as coleções de relíquias de seu estabelecimento e nele formar, então, um museu.

De qualquer maneira, estava solidificada a certeza da necessidade de criação de um museu antes que nossos testemunhos históricos desaparecessem, sem que existisse a possibilidade de restauração.

Gustavo Barroso, no entanto, permanecia firme na idéia de valorização das relíquias e tradições militares para a organização do patrimônio da nação. Na sua visão, um dos principais objetivos dos museus era reconstruir a história do homem em sociedade, sendo o elo que marcaria a continuidade, a tradição como algo sagrado e a memória nacional. A construção do passado histórico evidenciaria o papel do Estado como ordenador dessa mesma sociedade.

A nação seria construída com base nos princípios de nacionalidade¹⁷ que articulava a construção simbólica, através da criação de signos, acervos móveis e imóveis de representação nacional.

¹⁶ Criado em 1838, através de Max Fleuiss e Edgard Roquette Pinto.

¹⁷ Expansão e unificação nacional.

O objetivo inicial de Gustavo Barroso era criar um museu militar para guardar as tradições guerreiras, documentar os progressos dos armamentos e exaltar o culto das glórias passadas - enfim, um lugar onde a nação brasileira pudesse depor seus troféus e, através de exposições, cumprir a função educativa inerente aos museus.

Com crescente debate, a própria denominação do novo museu tomou maior amplitude. O que em 1911-12 Barroso chamou de Museu Militar, em 1921 era visto como o Museu da Independência e, finalmente, em 1922, foi oficialmente batizado de Museu Histórico Nacional.

As divergências entre a construção histórica de Gustavo Barroso e a visão que o governo republicano tentou consolidar em seus primeiros anos estavam refletidas em algumas medidas administrativas que, segundo a visão de Barroso, enfraqueciam o sentimento de nacionalidade e refletiam o descaso do poder público com as relíquias nacionais.¹⁸

Em 21 de agosto de 1922, Barroso foi nomeado, pelo Presidente Epitácio Pessoa e por unânime decisão do governo, Diretor do Museu Histórico Nacional. Foi seu ideólogo, seu organizador e seu primeiro diretor, cargo que ocupou até a sua morte, com um breve intervalo, entre 1930 e 1932, período em que foi afastado por demissão do cargo.

Os laços de Barroso e Epitácio, ambos originários de famílias tradicionais do Norte, haviam se estreitado em 1919, quando Barroso viajou para Versalhes como secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz, chefiada pelo então futuro presidente.

Na verdade, a nomeação de Gustavo Barroso reproduzia as normas implícitas de um ritual consagrado pelas instituições políticas brasileiras: a troca de cargos e privilégios dos que participavam do poder.

Muitos foram os debates na imprensa sobre a criação do Museu Histórico Nacional, a escolha do lugar para sua implantação e a figura de Gustavo Barroso para dirigi-lo. O jornal *A Pátria* festejou a nomeação de Barroso. Os jornais *A Noite* e o *Correio da Manhã* desprestigiaram a criação do museu, argumentando que o diretor do Arquivo Nacional já havia começado a recolher objetos históricos, não necessitando de mais uma instituição para fazer o mesmo. Já a *Gazeta de Notícias* tomou a defesa do local escolhido para instalação.

Em meio às manifestações de apoio ou de oposição, destaca-se a ação de Gustavo Barroso como decisiva para a formação e a consolidação do Museu. Institucionalização dos ideais da nação, foi, durante sua gestão, um instrumento de culto à pátria, templo sagrado onde estava guardada a história e as tradições brasileiras e que tinha por função ensinar os brasileiros a amar e respeitar o seu País.

Barroso acreditava que o Museu resgataria a tradição nacional e construiria o sentimento cívico. Para tal, deveria ser preservada, principalmente, a cultura do Estado Imperial, forjador da nação brasileira, responsável que foi pela unificação da nação e pela demarcação das principais fronteiras territoriais, além de abrigar as elites fundadoras da intelectualidade nacional.

Segundo Barroso, para os objetos representativos da cultura popular ou para

¹⁸ A descentralização dos estados, por exemplo.

aqueles que melhor definissem a singularidade do povo brasileiro, deveria existir um outro tipo de museu, folclórico ou ergológico, que testemunharia a memória coletiva dos cidadãos comuns.

Na década seguinte à sua criação, o Museu Histórico Nacional sofreria os reflexos da política nacional e buscaria consolidar-se no cenário cultural do País. Com a Revolução de 1930, passou por momentos de incerteza, principalmente, quando da demissão de seu diretor pelo Governo Provisório, fato que o manteve afastado por dois anos.

Seu substituto, o escritor Rodolfo Garcia, apesar da inexperiência em administrar museus, foi responsável por atitudes reformadoras, como a exposição temporária em comemoração ao centenário da abdicação de D. Pedro I, a aquisição de algumas peças do extinto Museu Naval, a transferência de uma coleção de pintura histórica da Escola Nacional de Belas Artes e a autorização do curso superior em museologia.

O Museu Histórico mostrou-se, então, capaz de, adotando um novo sistema de curadoria, sistematizar sua narrativa histórica através de exposições temáticas temporárias, do tratamento técnico e da catalogação do acervo. Desse modo, a visitação aumentou e as galerias¹⁹ receberam nomes referentes aos vultos e períodos

históricos que retratavam, como *Sala D. Pedro I, Sala Almirante Barroso, Sala do Paraguai etc.*

No período pós-revolução, o Estado voltou a marcar presença na elaboração de políticas para o setor cultural. Destacase a criação de novos órgãos federais, como o Ministério de Educação e Saúde Pública (1930), ao qual o Museu Histórico Nacional ficou subordinado, e o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934).

Quando Barroso retornou ao cargo de diretor, em 1932, ocupou-se com o preparo de pessoal qualificado para as atividades museológicas,

prestando total apoio a criação do primeiro curso de museologia do País.²⁰

O Curso de Museus, ministrado pelos próprios funcionários, tinha dupla finalidade: recrutar e selecionar outros funcionários e difundir os conhecimentos úteis na área, tornando o Museu Histórico Nacional centro de referência para a formação e a difusão de profissionais para os museus do País. Nele se ensinava, gratuitamente, técnica de museus, História da Arte e do Brasil, Arqueologia e se pregava o culto da saudade e o amor ao passado nacional.

Outro fruto do trabalho realizado por Gustavo Barroso foi a criação, em 1934, da Inspeção de Monumentos Nacionais para,

Segundo Barroso, para os objetos representativos da cultura popular ou para aqueles que melhor definissem a singularidade do povo brasileiro, deveria existir um outro tipo de museu, folclórico ou ergológico, que testemunharia a memória coletiva dos cidadãos comuns.

¹⁹ Sala dos Retratos, das Bandeiras, Arcadas dos Canhões etc.

²⁰ O curso funcionou no Museu Histórico Nacional até 1979, quando foi transferido para a Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

inicialmente, cuidar dos trabalhos de reparação e conservação dos monumentos históricos de Ouro Preto. Em meados de 1936, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, transferiu a responsabilidade de preservação dos bens e monumentos de âmbito federal, do Museu Histórico para o recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A medida se dava em função da ampliação da importância da preservação da memória nacional durante a Era Vargas, fruto, em grande parte, das iniciativas pioneiras do Museu Histórico Nacional quando dirigido por Gustavo Barroso.

O mudo discurso dos objetos

Em 1922, com a crise na formação política da Primeira República, o governo vigente viu sua hegemonia questionada e partiu para uma proposta de modernização da nação, como meio de revigorar a ordem instaurada em 1889.

Com a criação do Museu Histórico Nacional, passou a existir, no Brasil, do ponto de vista histórico, uma instituição museológica criada pela República e consagrada a tratar da evolução da nação. Preenchia, assim, uma lacuna nos instrumentos de perpetuação do poder utilizados pelas classes governantes.

A política de aquisição adotada, embora não tivesse suas diretrizes formalizadas, mostrou, através das listas de objetos adqui-

ridos, que o *mundo do trabalho* não seria contemplado no Museu Histórico Nacional, a não ser que os objetos estivessem relacionados a alguma personalidade heróica de nossa história, como os instrumentos de dentista de Tira-dentes, por exemplo.

Ao ser escolhido como primeiro Diretor do Museu, Gustavo Barroso trazia consigo uma lista de objetos que desejava ver expostos.

Eram eles testemunhos de fatos e personagens da História do Brasil e teriam a finalidade de lembrar, a cada indivíduo, a sua

nacionalidade. O Museu é visto, em seus primeiros anos de existência, como uma instituição que recolhe, guarda, classifica, expõe e conserva, para fins de estudo, as relíquias da Pátria.

Inaugurado em 12 de outubro de 1922, pelo Presidente Epitácio Pessoa, no berço da fundação da Cidade do Rio de Janeiro, ele representava a continuidade dos ideais da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência: um espaço que tinha por objetivo, servir de modelo para a civilização e inspiração para o progresso nacional.

Os dois períodos em que Gustavo Barroso esteve na direção do Museu (1922-30 e 1932-59) corresponderam, respectivamente, à formação do acervo e à consolidação do Museu como instituição, atribuindo aos objetos um determinado valor simbólico. Sua postura diante da escolha dos objetos que deveriam ser pre-

Com a criação do Museu Histórico Nacional, passou a existir, no Brasil, do ponto de vista histórico, uma instituição museológica criada pela República e consagrada a tratar da evolução da nação. Preenchia, assim, uma lacuna nos instrumentos de perpetuação do poder utilizados pelas classes governantes.

servados denota a vinculação ideológica com o pensamento vigente na classe intelectual do período.

Constituído inicialmente por duas salas escondidas nos fundos do Pavilhão das Grandes Indústrias, denominadas *Da Colônia à Monarquia e Da Monarquia à República*,

o Museu encarnava a primeira tentativa de celebrar o passado da nação.

Segundo a visão de seu organizador, os objetos expostos deveriam celebrar a história das lutas travadas pelo Brasil e, principalmente, suas glórias militares. Lá estavam os bustos de generais como Caxias e Osório, espadas tomadas de Solano López na Guerra do Paraguai, canhões, bandeiras e objetos do Forte do Humaitá.

Os objetos militares incorporados pertenceram ao Museu de Artilharia e ao Estado-Maior do Exército. No entanto, mais tarde, entre as primeiras grandes aquisições feitas pelo Museu Histórico Nacional, destacaram-se as coleções de armaria de J. J. Raposo e de Washt Rodrigues, este último um grande pesquisador da história militar do País e autor, junto com Barroso, de um livro sobre indumentária militar brasileira.

Sendo considerada o símbolo mais legítimo da formação da nacionalidade e ícone da pátria, a coleção de armaria encontrou, no Museu Histórico Nacional, o local mais apropriado para sua guarda, constituindo verdadeiro templo sagrado para exposição dos troféus conquistados

pelo País, idéia que perdurou até a Segunda Guerra Mundial.

As relíquias das lutas internas, no entanto, não estavam aqui representadas, pois sua importância histórica não era reconhecida, salvo os objetos associados a grandes personagens do Império e alguns outros referentes às rebeliões das décadas de 20 e 30, consideradas de grande importância no Governo Vargas.

Barroso procurou também diversificar o acervo do Museu, ressaltando aspectos simbólicos da nação como um todo. Através dos retratos, bustos e objetos da Família Real expostos nas vitrines, era visível o gosto pelo passado imperial do Brasil, outra predileção sua. Já as marcas da escravidão foram mostradas a partir dos instrumentos de tortura utilizados nos escravos, culminando com a caneta que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea.

As formas de aquisição desses objetos para compor o *museu-memória* foram diversificadas, sendo, muitos deles, por transferência segundo decreto presidencial.

O Museu contou ainda com a doação de objetos fabricados para a própria Exposição do Centenário, antes mesmo do seu encerramento, num sinal bastante significativo para a história. Além de perpetuar esse evento na memória nacional, representou a possibilidade de união do efêmero e do permanente num mesmo lugar, abrindo as discussões do que, pos-

Sendo considerada o símbolo mais legítimo da formação da nacionalidade e ícone da pátria, a coleção de armaria encontrou, no Museu Histórico Nacional, o local mais apropriado para sua guarda, constituindo verdadeiro templo sagrado para exposição dos troféus conquistados pelo país, idéia que perdurou até a Segunda Guerra Mundial.

teriormente, transformar-se-ia numa nova forma de se pensar a política de aquisições dos museus.

Com o fim das comemorações da Independência, começou a ser formado o núcleo inicial das coleções do novo museu. Vieram peças do antigo Museu de Artilharia, do Arquivo Nacional e da Seção de Numismática da Biblioteca Nacional, sendo distribuídas pelos armários, estantes e móveis que serviram de mostruários da Exposição do Centenário.

No desejo de aumentar o acervo, Barroso fez ainda constantes viagens pelo País e descobriu diversos objetos que considerou de elevada importância histórica.

A partir de 1924, também foram bastante significativas as doações de particulares para a formação do acervo e enriquecimento do Museu como instituição, pois representavam grandes gestos de patriotismo.

Eram objetos que testemunhavam e sintetizavam memórias coletivas e familiares, formando as *grandes coleções*, como por exemplo as doações da família Guinle, que, entre 1924 e 1944, ampliaram regularmente o acervo do Museu, totalizando três mil objetos de todas as classes, aproximadamente.

Outra doação importante foi feita pela viúva de Miguel Calmon, em 1936. Falecido em 1930, Calmon, descendente de uma família de fazendeiros e políticos que incluía personalidades como o Marquês de Abrantes, foi um político de intensa atuação durante a República Velha e detentor

de uma coleção que impressiona pela quantidade e qualidade dos objetos.²¹

Vale citar ainda a doação feita após a morte da especialista em indumentária, Sofia Jobim Magno de Carvalho, composta por trajes típicos e imitações de roupas de diversas épocas, além de livros e documentos da própria doadora.

O período das *grandes aquisições* se estendeu até meados da década de 1950 e, além das já relacionadas, podemos incluir a coleção de carruagens de José Ferreira Alves, e as marcadas pela diversidade dos objetos.²²

No mesmo período, as chamadas *pequenas aquisições* – doações de um único objeto eram feitas várias vezes pelo mesmo indivíduo, tornando-se bastante significativas para o Museu, pois representavam a compreensão do público para com os objetivos da instituição.

Ao doador, Barroso oferecia uma forma de perpetuar esse ato patriótico através da colocação de seu nome em salas especiais, onde podiam dispor sobre os objetos doados, ou em vitrines e etiquetas, de acordo com o tamanho da doação e com o prestígio político e social do doador. Assim, o Museu Histórico Nacional converteu-se num espaço de articulação entre diversos grupos sociais, que, por meio da doação de objetos, obtinha prestígio, honra e legitimidade.

Os dez anos que se seguiram à inauguração do Museu Histórico Nacional, sob os governos de Arthur Bernardes e Washington Luís,²³ as verbas destinadas a

²¹ Mais de 700 itens de alto valor monetário, como lustres, tapeçarias, móveis, quadros, bronzes, jóias, enfim, objetos de grande valor histórico, simbólico e de mercado.

²² Mobiliário, jóias, porcelanas, prataria, vidros, cristais, pinturas, gravuras, esculturas, livros, correspondências, objetos de arte, curiosidades etc; doados, entre outros, por José Wanderley de Araújo Pinho, Coelho Neto e o Barão de Cotegipe.

²³ Em 15.11.1922, Epitácio Pessoa deixou o governo.

Casa do Brasil não eram suficientes, nem mesmo para a sua manutenção, precisando o Museu contar ainda mais com a ajuda de seus doadores.

Na década seguinte, durante o governo de Getúlio Vargas, o Museu passou a ser usado como instrumento ideológico, tornando-se local muito visitado pelo Presidente, onde era freqüentemente homenageado.

Em contrapartida, o diretor do Museu tinha acesso direto ao Presidente e a ele recorria, sempre que necessário, para obter verbas extras, utilizadas, na maior parte das vezes, para a compra de objetos de colecionadores e antiquários.

Sob a interferência pessoal de Getúlio Vargas, deu-se a aquisição de importante segmento do acervo, como o do escritor Henrique Coelho Neto,²⁴ comprado pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1937; a aquisição gigantesca da coleção Fonseca Hermes, em 1941, dividida entre outros três museus; a compra, em 1943, do serviço de Porcelana Mandarim do Barão de Massambará; e ainda, como nos conta Adolfo Dumans, a coleção de marfins de José Luiz de Souza Lima, composta por peças de arte sacra indo-portuguesas compradas pelo Tesouro Nacional.

Os anos de 1930 e 1940 presenciaram, ainda, uma outra forma de aquisição de acervo, que se dava com a compra de objetos encomendados a pintores e escultores, como Alfredo Norfini e Hans Nobauer.

Entre 1927 e 1951, as transferências de objetos de outras instituições públicas também foram regulares, destacando-se os objetos tridimensionais vindos do

Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Ministério da Guerra, do Ministério da Agricultura e da Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1933, foi muito significativa a incorporação do acervo do Museu Naval, extinto no ano anterior. Nele estavam as telas de Vitor Meirelles, *A Batalha do Riachuelo*, e de Aurélio de Figueiredo, *Último Baile da Ilha Fiscal*.

Porém, não importando de onde tivessem vindo, esses objetos eram representativos das elites que estavam associadas, originalmente, ao Estado Imperial, não se constituindo em um acervo representativo da tradição republicana, que desde a Proclamação se buscava construir.

Havia uma grande preocupação com a origem dos objetos recolhidos, a fim de, através de sua autenticidade, materializar o culto a pessoas exemplares que pudessem legitimar o papel da nobreza brasileira na formação da nacionalidade.

Assim, a galeria de heróis que se formou no Museu Histórico Nacional mostrava, por meio de determinada representação do passado, um conjunto de idéias e valores que eram afirmados no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil da década de 1920, iniciou-se um aceso debate sobre o projeto de nação implantado pelo regime republicano em 1889, mas que ainda não havia sido incorporado aos sentimentos e às idéias das elites intelectuais brasileiras.

Com o propósito de divulgar a imagem de um *novo País*, o governo soube utilizar a passagem dos 100 anos de Independência do Brasil para colocá-lo no cir-

²⁴ Desenhos, esculturas, pinturas e mobiliário.

cuito internacional das nações modernas. A Cidade do Rio de Janeiro foi o palco escolhido para a recepção e as festividades que culminaram na Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência.

A reforma urbana experimentada pela capital federal visava a edificar um modelo de país moderno, calcado nos princípios de ordem e progresso nacionais, a fim de fazer da cidade o símbolo da modernidade brasileira.

Mas a expressão nacional precisava ser materializada em uma instituição que garantisse sua permanência como marco de referência para o País. Nesse contexto, deu-se a criação e a implantação do Museu Histórico Nacional, num prédio de vocação e arquitetura militares, inicialmente adaptado para abrigar a Exposição do Centenário e, posteriormente, sede definitiva do Museu.

Estrategicamente localizado em um sítio repleto de significação histórica para o surgimento e desenvolvimento da cidade e do País, o Museu Histórico Nacional foi criado e utilizado, pelos governos posteriores, como mensageiro oficial de uma cultura de caráter unitário e globalizador.

Orientado para servir de referência à sociedade nacional, o Museu Histórico contou com o respaldo institucional de órgãos do Estado, inspirados em políticas culturais específicas, como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *guardião da história da nação*.

Gustavo Barroso foi o responsável pela criação e execução dessa medida pioneira

de se erguer um museu que centralizasse boa parte do patrimônio histórico e cultural do País.

Para tal, Barroso buscou, por meio dos objetos musealizados, preservar a herança cultural do homem, sua obra e seu meio ambiente, e o fez selecionando o período histórico que, para ele, havia sido o de maior importância para a formação da nação brasileira, a monarquia.

As numerosas listas de acervo, fossem transferidas de outras instituições, compradas ou doadas, refletiram - e refletem ainda hoje - as predileções históricas de Barroso. Os objetos militares e os pertencentes à nobreza trazem a memória de uma nação cuja mudança de regime político ainda não havia se estabelecido por completo.

A memória, porém, não está presa ao bem cultural apenas. Esses objetos recolhidos ao Museu Histórico Nacional são signos, símbolos, testemunhos da mentalidade nacionalista do início do século.

Os objetos falam por nós, contemporâneos seus ou não, e a sua seleção e preservação são ações de manipulação de suma importância, como manutenção dos testemunhos das tradições perpetuadas pelas memórias individuais e institucionais.

Por fim, a preservação da memória nacional e dos objetos que nos fazem lembrá-la precisam ser mais exploradas para que os conteúdos históricos possam ser acrescidos de dados que mais facilmente nos levem a compreensão do nosso passado e, conseqüentemente, a novas perspectivas para o presente. ●